

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO
SEMIÁRIDO

UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
**GRADUAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM
CIÊNCIAS SOCIAIS**

JERRI ADRIANO CORREIA DE BRITO

**PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: a implementação da
lei 11.947/2009, e seus impactos para o desenvolvimento do
município de Coxixola.**

Sumé – PB

Setembro/2013

JERRI ADRIANO CORREIA DE BRITO

**PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: a
implementação da lei 11.947/2009, e seus impactos para o
desenvolvimento do município de Coxixola.**

Monografia apresentada à Universidade Federal
de Campina Grande, *campus* de Sumé, como
requisito para obtenção da graduação do curso de
Licenciatura em Ciências Sociais.

Orientador: Paulo César de Oliveira Diniz

Sumé – PB

Setembro/2013

B862p Brito, Jerri Adriano Correia de.
Programa de alimentação escolar: a implementação da lei 11.947/2009, e seus impactos para o desenvolvimento do município de Coxixola. / Jerri Adriano Correia de Brito. - Sumé - PB: [s.n], 2013.
47 f.

Orientador: Prof. Dr. Paulo César de Oliveira Diniz.

Monografia - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Licenciatura em Ciências Sociais.

1. Alimentação escolar. 2. Conselho de alimentação escolar. 3. Direitos sociais. 4. Agricultura familiar. I. Título.

UFCG/BS

CDU: 316 (043.3)

JERRI ADRIANO CORREIA DE BRITO

"PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI
Nº 11.947/2009, E SEUS IMPACTOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO
MUNICÍPIO DE COXIXOLA"

Monografia apresentada ao Curso de
Licenciatura em Ciências Sociais do Centro
Desenvolvimento Sustentável do Semiárido
da Universidade Federal de Campina Grande
como requisito parcial para obtenção do
título de licenciado em Ciências Sociais.

Aprovada em: 27/09/2013.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Paulo César Oliveira Dintz
(Orientador – CDSA/UFCG)


Prof. M.e. José Marciano Monteiro
(Examinador Titular Interno – CDSA/UFCG)


Prof. Dr. Hugo Moraes de Alcântara
(Examinador Titular Externo – CDSA/UFCG)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos os meus familiares e amigos que me incentivaram nas horas mais difíceis, especialmente meu pai Fernando e minha mãe Anadete, que não mediram esforços para fazer com que este sonho se tornasse realidade. Dedico também, aos meus colegas, que ao longo desses anos foram se tornando para mim uma família. E por fim, dedico a minha esposa e a meu filho, por ter tido a paciência de me aturar durante todos esses anos de estudo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida e por ter me dado saúde e sabedoria para enfrentar os obstáculos que os caminhos nos trazem. Por ter me proporcionado tantas coisas boas no decorrer dessa caminhada, por ter aberto novos horizontes pelos quais eu jamais imaginei. Enfim, obrigado por tudo.

Aos meus familiares, amigos, professores e colegas, que ao longo desta jornada mostraram que o conhecimento se faz em conjunto e que cada um, de alguma forma, pode ajudar uns aos outros, até com um simples gesto de carinho, afeto e amor.

Agradeço aos meus pais, Fernando e Anadete, que não mediram esforços no que puderam para me ensinar os caminhos que hoje trilho, sempre com muita simplicidade e humildade a fim de proporcionar uma educação para a vida em sociedade.

A minha esposa Geaneide e ao meu filho Matheus, pela paciência que tiveram comigo durante todo esse tempo, e por compreenderem que minha ausência na família se dava em consequência dos estudos.

Quero agradecer ainda, ao professor, orientador e amigo Paulo Diniz, que aprendi a admirá-lo pela forma simples, porém dedicada, de compartilhar seus conhecimentos e pelo empenho e dedicação que teve durante a elaboração desse trabalho.

Enfim, obrigado a todos com igual carinho e atenção!!

Escola...

É o lugar onde se faz amigos; não se trata só de prédios, salas, quartos, programa, horários, conceitos...

Escola é, sobretudo, gente. Gente que trabalha, que estuda, que se alegra, se conhece, se estima. O diretor é gente, o coordenador é gente, o professor é gente, o aluno é gente, cada funcionário é gente.

E a escola será cada vez melhor na medida em que cada um se comporte como colega, amigo, irmão.

Nada de “ilha cercada de gente por todos os lados”, nada de conviver com, as pessoas e depois descobrir que não tem amizade a ninguém, nada de ser como tijolo que forma a parede, indiferente, frio, só.

Importante na escola não é só estudar, não é só trabalhar, é também criar laços de amizade, é criar ambiente de camaradagem, é conviver, é se “amarrar nela”!

Ora, é lógico...

Numa escola assim vai ser fácil estudar, trabalhar, crescer, fazer amigos, educar-se ser feliz.

Paulo Freire

RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade avaliar a implementação da lei 11.947/2009 - PNAE no município de Coxixola – PB, analisar o Programa Nacional de Alimentação Escolar e seus mecanismos de funcionamento, bem como seus impactos para o desenvolvimento do município. Para desenvolver este trabalho utilizamos conceitos que serão necessários para que haja uma melhor compreensão da dimensão do Programa de Alimentação Escolar no âmbito municipal que são: agricultura familiar, conselho de alimentação escolar (CAE), direitos sociais, processos de socialização entre outros. O trabalho é pertinente à medida que não existem muitos trabalhos acadêmicos voltados para esta política pública de tanta relevância para os estudantes, principalmente os de menor poder aquisitivo, que é o Programa de Alimentação Escolar. Neste sentido, procuramos analisar neste trabalho, de que forma esta lei está sendo implantada neste município, como tem atuado o Conselho de Alimentação Escolar, que é um órgão muito importante para a consolidação dos direitos sociais e quais os principais problemas ou dificuldades que os agricultores familiares têm encontrado diante das ações do programa.

Palavras-chave: Alimentação escolar. Conselho de alimentação escolar. Direitos sociais e agricultura familiar.

ABSTRACT

This study aims to assess the implementation of the law 11.947/2009 - PNAE in the municipality of Coxixola - PB, as well as impacts to the development of the municipality. To develop this work we use concepts that will be needed if there is a better understanding of the size of the School Feeding Program at the municipal level that are: family farming, board of school feeding - CAE, social, socialization processes among others. The work is relevant as it does not have many academic works toward this policy of much relevance for students, especially those with less purchasing power, which is the School Feeding Program. Therefore, we analyzed in this paper, how this law is being implemented in this city, has acted as the Board of School Food, which is a very important organ for the consolidation of social rights and what the main problems or difficulties that farmers have found on the program's actions.

Keywords: School feeding. School feeding advice. Social rights and family farming.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

CAE – Conselho de Alimentação Escolar

FAE – Fundação de Assistência ao Estudante

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

ACCOCOX – Associação dos Criadores de caprinos e ovinos de Coxixola

CME – Campanha da Merenda Escolar

MEC – Ministério da Educação e Cultura

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR COMO DIREITO SOCIAL	13
1.1 O PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS	13
1.2 A CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	16
1.3 O PAPEL DOS CONSELHOS: CONSELHO ESCOLAR E CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	18
2 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE	20
2.2 CARACTERÍSTICAS E DESENVOLVIMENTO DO PNAE NO BRASIL A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO DE 1988	20
2.3 O PAPEL DA AGRICULTURA FAMILIAR NA CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	24
2.4 A MERENDA ESCOLAR COMO UM ESPAÇO DE SOCIALIZAÇÃO	27
3 A MERENDA ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE COXIXOLA	29
3.2 O MUNICÍPIO DE COXIXOLA	29
3.2 A EDUCAÇÃO EM COXIXOLA	30
3.3 OS DADOS DO PNAE EM COXIXOLA	32
3.4 A GESTÃO COMPARTILHADA DO PNAE: A ATUAÇÃO DO CAE	36
3.5 OS ENTRAVES ENFRENTADOS PELOS AGRICULTORES	39
3.6 A ASSOCIAÇÃO COMO ESPAÇO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS	45

INTRODUÇÃO

O sistema educacional brasileiro vem passando por várias transformações em decorrência da dinâmica pela qual a modernidade imprime ao mundo. Desde a simples entrada dos alunos no portão da escola, a elaboração dos projetos pedagógicos, a construção do cardápio, até a possibilidade da ampla participação da comunidade envolvida (pais de alunos, professores, gestores, alunos e a comunidade em geral) em diversos espaços de controle social e colegiados gestores.

De modo geral, o processo de transformação na educação é intenso. A cada momento, novas possibilidades e inovações são agregadas a esse amplo movimento. Somado a isso, é que existem vários programas governamentais que ao longo do tempo vem tentando ampliar suas ações no sentido de prestar um serviço de melhor qualidade à população escolar. Para isso, é necessário que a sociedade, de uma forma geral, seja vigilante no processo de gestão dos recursos públicos, para que no final das contas, os recursos que serão destinados às escolas sejam realmente aplicados adequadamente de forma que os alunos não fiquem prejudicados.

Desta forma, abrem-se espaços para que sejam organizadas outras possibilidades de desenvolvimento, além do espaço escolar, no tocante à disponibilização da alimentação escolar que é servida nas escolas em todo o Brasil e principalmente, no que diz respeito à aquisição de alimentos advindos da agricultura familiar, pois ao mesmo tempo que fornece uma alimentação de qualidade, faz com que o pequeno agricultor tenha a possibilidade de melhorar a sua renda familiar.

Um desses programas governamentais com essa intencionalidade é o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, que depois de muitos anos vem sendo ampliado e aperfeiçoado visando uma melhor distribuição dos recursos para a aquisição da merenda escolar em todo Brasil.

Pensando nisso, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e seus mecanismos de funcionamento, bem como os impactos para o desenvolvimento do município de Coxixola no Cariri paraibano nos anos de 2011 e 2012, tendo por base a Lei 11.947/2009 que sugere a aquisição de no mínimo 30% dos alimentos para a merenda escolar advindos de agricultores familiares.

E como objetivos específicos busca-se avaliar a forma pela qual o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) do município de Coxixola atuou para a efetivação dos trabalhos desenvolvidos pelo gestor público municipal; procura-se entender também como o gestor público adquiriu os gêneros alimentícios que são usados no preparo da merenda escolar do município. Objetiva-se ainda investigar se foi comprado, naquele período, no mínimo 30% dos alimentos advindos da agricultura familiar, como determina a lei acima mencionada, bem como compreender as principais estratégias de atuação e de organização dos produtores para responder a demanda de produtos da merenda escolar em Coxixola e de consolidar seus direitos garantidos na Lei 11.947/2009.

Outros aspectos relevantes a serem analisados, porém de forma sucinta, dizem respeito aos hábitos alimentares regionais que devem ser observados de acordo com cada região do país e, em especial, no município de Coxixola no Cariri paraibano. Isso favorece os agricultores e produtores locais com a venda de seus produtos advindos de suas propriedades para serem inseridos na merenda escolar, de acordo com a lei.

É sabido que os recursos destinados à merenda escolar são oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, porém, esses recursos para muitos municípios são insuficientes, sendo necessária uma contrapartida das prefeituras municipais, para que possam contemplar a totalidade dos alunos. Para Oliveira (2011) o objetivo do governo brasileiro é erradicar a fome, para isso, torna-se necessário um aumento significativo dos repasses financeiros destinados à merenda escolar por parte da União, para os Estados e Municípios, para que possam melhorar as condições nutricionais de crianças e adolescentes do semiárido brasileiro.

Este trabalho, por um lado, pretende contribuir para uma discussão teórica sobre a implementação da Lei 11.947/2009, que trata das atribuições do PNAE, e as contribuições do Conselho de Alimentação Escolar – CAE, no que tange o controle social dos recursos públicos, assim como a agricultura familiar, na aquisição de alimentos. E também pretende servir de parâmetros para a realização de trabalhos futuros nessa área.

Por outro lado, justifica-se pelo fato do autor ter estudado toda a Educação Básica em escola pública na zona rural, trabalhar em escola pública há aproximadamente oito anos, ser filho de agricultores familiares e viver esta realidade com relação à aquisição da merenda escolar durante todo o processo de desenvolvimento da sua escolarização, desde quando

estudava na Zona rural do município de São João do Cariri até quando passou a estudar na Zona Urbana.

O estudo em questão é do tipo descritivo, com abordagem qualitativa e tendo como contribuição dados quantitativos, através de técnica de pesquisa bibliográfica e de pesquisa documental de diversas obras que estão relacionadas à merenda escolar, assim como documentos e trabalhos sobre Conselho de Alimentação Escolar (CAE). Segundo Gil (2008, p. 50-51) “a pesquisa documental é desenvolvida a partir de materiais já elaborados, constituídos principalmente de livros e artigos científicos”, e a única diferença entre esta e a pesquisa bibliográfica é que a mesma é feita com materiais que não foram analisados ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. Para este trabalho pesquisamos materiais relativos ao período correspondente aos anos de 2011 e 2012.

A área escolhida para a realização desta pesquisa foi o município de Coxixola no Cariri paraibano, com dados fornecidos por meio da Secretaria de Educação e Cultura, a Secretaria de Agricultura Esporte e Laser, a Secretaria de Finanças e a Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Coxixola, por se tratar de setores que lidam diretamente com essas informações.

1 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR COMO DIREITO SOCIAL

1.1 O PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS

Sabemos que a alimentação humana é um direito social adquirido por todos os cidadãos e cidadãs. De acordo com a Emenda Constitucional nº 64, de 04 de fevereiro de 2010, o artigo 6º da Constituição Federal diz que, “são direitos sociais a educação, a saúde, **a alimentação**, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”, (BRASIL, 2010). [grifo nosso]

De modo geral, a garantia da alimentação escolar foi um direito adquirido através de muitas lutas, tendo como objetivo central proporcionar um melhor desenvolvimento aos estudantes e principalmente àqueles de famílias carentes que muitas vezes é a única refeição diária propriamente dita.

Da mesma forma, de intensos processos de luta, foi a conquista dos direitos sociais. Podemos nos remeter a alguns teóricos para aprofundar ainda mais sobre os processos políticos que fundamentaram as discussões relativas aos direitos políticos e sociais pelos quais passou e está passando a humanidade.

Inicialmente, para Marx (1969) a emancipação política constitui um grande progresso, porém não é a última forma de emancipação humana, mas é a última forma da emancipação do contexto atual, de emancipação real, prática. Para os dias de hoje, isso seria a forma pela qual a sociedade tem liberdade de participar das tomadas de decisão e de exigir os seus direitos constitucionais.

Quando falamos em direitos nos remetemos a Quirino (2006) que, ao comentar Tocqueville, diz que:

A existência de instituição que desenvolva a centralização administrativa ou que leve os cidadãos a se associarem para defender os seus direitos obriga de alguma forma a maior participação por parte dos nacionais. Igualmente a permanência de uma Constituição e de leis que possam garantir a

manutenção das liberdades fundamentais ajuda a convivência do processo igualitário com a liberdade (QUIRINO, 2006, p.156).

Partindo do pressuposto de que na sociedade, a existência de instituições é uma condição necessária, uma delas é o Estado. Segundo Giddens (2005, p. 342) o Estado “existe onde há um mecanismo político de governo (instituições como um parlamento ou congresso, além de servidores públicos) controlando determinado território”. Para que isso aconteça o Estado deve usar a força como um pressuposto necessário para evitar conflitos, este, estando amparado por um sistema legal.

E para que este Estado funcione de maneira adequada, possibilitando à sociedade usufruir dos seus direitos, existe um regime político chamado democracia. Ainda de acordo com Giddens (2005), este regime político é:

Geralmente visto como o sistema político mais capaz de assegurar a igualdade política, de proteger a liberdade e os direitos, de defender o interesse comum, de satisfazer as necessidades dos cidadãos, de promover o autodesenvolvimento moral e de permitir uma tomada de decisões eficaz que leve em consideração os interesses de todos (GIDDENS apud HELD, 1996, p. 343)

Para que esses direitos ressaltados por Giddens sejam mais eficazes e que a sociedade possa sentir essas transformações, têm ocorrido “mudanças em relação aos valores sociais, interesses e objetivos de ação”, de acordo com Frey (2009, p. 236). Segundo este autor, estas mudanças se tornam mais consistente porque alguns atores sociais conseguiram institucionalizar novos estilos de comportamentos.

Um exemplo disso é o surgimento de novos canais de participação (conselhos populares, orçamento participativo, foros de debates etc.) na política municipal brasileira, esses por sua vez são o resultado, pelo menos em parte, da pressão político-social exercida pelos movimentos sociais e pela sociedade civil em geral (FREY, 2009, p. 236).

Diante desta nova perspectiva de direitos dos cidadãos que foram inseridos na Constituição Federal de 1988, a participação e mobilização social têm sido de fundamental importância para que esses direitos sejam efetivos. Foi o que aconteceu, por exemplo, em relação aos direitos das crianças e adolescentes, especialmente no que diz respeito ao aspecto educativo. Ou seja, uma mobilização social para que as políticas públicas sejam

desenvolvidas de forma a assegurar a integridade física, mental e social dos alunos que estão em uma fase de desenvolvimento.

Segundo Abreu (1995), a construção de políticas públicas como garantia dos direitos elementares do cidadão faz parte, hoje, da agenda de todos que estão comprometidos com a consolidação da democracia e a eliminação das injustiças presentes na sociedade contemporânea.

O comprometimento dos órgãos públicos com as questões relacionadas aos direitos dos cidadãos e cidadãs brasileiros deve-se, em grande parte, a uma maior participação popular em eventos que se destinam a organização e fiscalização dos serviços públicos, como as reuniões de pais, os conselhos de saúde, conselhos municipais de agricultura, os conselhos de alimentação escolar dentre outros. Para Galvão (2011 mimeo), esta verificação poderá ser possível através da avaliação da participação popular paritária em instituições diferenciadas, como grupos de discussão e conselhos de direitos, no qual participam representantes dos poderes públicos e da sociedade civil na elaboração e execução de políticas sociais.

A participação não só ajuda as pessoas a interpretar o fenômeno do governo como uma forma de ação, e nem um mero tipo de acontecimento, mas leva-as a criticar a partir do ponto de vista de agentes, e não de espectadores (GALVÃO apud LUCAS, 1975, p.112).

Essa participação direta da população nas questões relevantes da sociedade permite que cada cidadão possa expressar suas reivindicações, discutir os problemas e cobrar soluções contribuindo assim, para um melhor desempenho das políticas públicas.

Na educação não é diferente. A participação da sociedade nas discussões relativas às questões de ordem administrativa faz com que ocorra uma troca de experiências e de conhecimento que vão contribuir para uma melhor organização das tarefas que cada escola desempenha e executa.

No campo educacional, a construção de uma escola pública de qualidade é o desafio com que se defrontam, no seu dia-a-dia, os educadores comprometidos com a superação das desigualdades sociais presentes na sociedade brasileira. Não se trata apenas de reverter os altos índices de evasão e repetência que caracterizam o sistema educacional brasileiro, mas de construir uma escola que garanta aos filhos dos setores populares acesso a conhecimentos básicos (ABREU, 1995, p. 05).

Esses conhecimentos básicos perpassam a questão da escolarização como forma de aprendizagem. Para isso acontecer, é necessário que as escolas estejam bem preparadas, bem equipadas e que tenha uma alimentação de boa qualidade para proporcionar aos alunos, principalmente os de camadas populares, um melhor desenvolvimento cognitivo, uma vez que

no Brasil, predominantemente, busca-se identificar as causas individuais e biológicas para a dificuldade de aprendizagem dos estudantes, eximindo-se a escola da responsabilidade pelos altos índices de evasão e repetência do sistema educacional brasileiro.

1.2 A CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Dentro do sistema educacional, destaca-se uma política pública de muita relevância para o processo de garantia dos direitos e de formação dos alunos, que é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Assim como todo o sistema educacional brasileiro, o PNAE vem passando por profundas transformações ao longo do tempo.

Desde a década de 40 do século XX, o Brasil vem procurando formas alternativas de oferecer a merenda escolar para alunos da rede pública de ensino. Primeiramente através de programas não governamentais, como é o caso da formação das “caixas escolares que tinham como objetivo arrecadar dinheiro para fornecer a alimentação aos estudantes, enquanto permaneciam na escola” (CHAVES, 2006, p. 16). Porém, a alimentação escolar não está somente ligada ao fato de “alimentar os estudantes”, pois ao longo da história:

o problema das necessidades e recursos alimentares transborda amplamente o campo culinário e gastronômico, já que remete às culturas populares, a influências religiosas, à biologia e à medicina. Remete, igualmente, aos mecanismos econômicos e acontecimentos políticos, às tensões sociais e às condições meteorológicas, às medidas fiscais e aos fenômenos sanitários (...). (AMARO, 2002 apud SORCINELLI, 1998, p.792).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foi institucionalizado “conforme os documentos legais que o regulamentaram (como os Decretos Federais nº 31.106/55 e nº 72.034/73)” (ABREU, 1995 p. 07) e tinha como um dos seus objetivos oficiais melhorar as condições nutricionais das crianças e diminuir os índices de evasão e repetência, com a consequente melhoria do rendimento escolar.

Desta forma, a partir da década de 50 do século XX, os alunos das escolas brasileiras começaram a receber alimentos para fazer uma refeição durante o período em que permaneciam na escola. Porém, nem todas as escolas recebiam, por que o país não estava

preparado ainda para comprar esses alimentos, então o governo começou a distribuição no Nordeste onde grande parte dos estudantes estavam desnutridos.

Os alimentos que eram distribuídos nas escolas foram recebidos através de doações dos órgãos internacionais, principalmente dos Estados Unidos, que devido a uma grande produção de alimentos em seu território resolveu doar para os países mais precisados, e o Brasil foi um dos beneficiados com essas doações.

Neste período, os governos ainda não estavam desenvolvendo políticas públicas que possibilitasse a compra da alimentação das escolas para que minimizasse a fome de muitos alunos. Porém, em 1955, o então presidente Juscelino Kubitschek, vendo o quanto as ações realizadas nas escolas através das “caixas escolares” vinham dando certo, assinou o Decreto nº 37.106, criando a Campanha da Merenda Escolar (CME). O nome dessa campanha foi se modificando até que, em 1979, foi denominado Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), conhecido popularmente por “merenda escolar”, de acordo com Chaves (2006, p. 16).

Nas décadas seguintes, com a diminuição das doações, o Brasil se viu obrigado a comprar os alimentos para poder continuar desenvolvendo o Programa de Alimentação Escolar e “na década de 70, mesmo o Brasil assumindo a compra dos alimentos, as aquisições de produtos industrializados representavam cerca de 52% (cinquenta e dois por cento) do total de gastos com a alimentação escolar” (CHAVES, 2006, p.17).

Criado, portanto, há 58 anos, o PNAE é um dos mais importantes programas sociais existentes no Brasil atualmente. E para que o programa funcione de forma eficaz e eficiente é repassado periodicamente, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), “um determinado valor per capita para as escolas públicas através das secretarias municipais e estaduais de Educação. Esse valor normalmente é complementado pelos entes federados” como afirma Fortunati (2007, p. 154).

Este programa veio se desenvolvendo com o passar do tempo a ponto de se tornar hoje, um dos mais importantes programas governamentais. E para que o programa se desenvolva de forma eficaz e eficiente foram tomadas uma série de medidas institucionais que visam possibilitar a consolidação dos direitos sociais dos cidadãos, dentre elas, os conselhos de alimentação.

1.3 O PAPEL DOS CONSELHOS: CONSELHO ESCOLAR E CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Para se construir uma educação de qualidade é necessário que a sociedade também participe do processo de organização dos recursos vindos dos órgãos federais, estaduais e municipais. Nessa perspectiva os conselhos escolares são de fundamental importância, pois funcionam como um espaço no qual a população pode participar ativamente da gestão democrática da escola. Para isso:

a gestão democrática pode ser considerada como meio pelo qual todos os seguimentos que compõem o processo educativo participam da definição dos rumos que a escola deve imprimir à educação e a maneira de implementar essas decisões, num processo contínuo de avaliação de suas ações (GRACINDO, 2006, p.42).

Após serem criados os Conselhos Escolares, suas ações não devem ser realizadas apenas quando forem chamados à escola pela direção, pois dessa forma a participação fica restrita às regularidades do processo educativo, ou seja, os Conselhos só se reúnem quando há alguma necessidade. Essas ações devem ser fundamentalmente político-pedagógicas, pois dessa forma os seguimentos escolares e a comunidade local se unificam para formar uma educação de qualidade dividindo-se igualmente o poder dentro do espaço escolar e conseqüentemente as possíveis responsabilidades.

Todos os Conselhos Escolares têm uma mesma missão, fazer com que a sociedade participe de forma mais eficaz nos processos de tomada de decisões e que não deixem a responsabilidade toda para os gestores e funcionários das escolas. Assim sendo, estamos contribuindo para tornar a educação um lugar democrático e que seus direitos sejam realmente adquiridos e respeitados.

O Conselho de Alimentação Escolar (CAE) foi criado pela Lei nº 11.497/2009. Assim como os demais Conselhos Escolares “é um órgão colegiado deliberativo e autônomo composto por representantes da sociedade civil, pais de alunos, professores e, também, por representantes do poder executivo e legislativo” (CHAVES, 2006, p. 20). Tendo por objetivo fiscalizar a execução de toda alimentação escolar, ou seja, desde o recebimento do recurso federal até a distribuição das refeições nas escolas.

Este órgão é um dos principais responsáveis pelo bom desenvolvimento dos programas alimentares dentro da escola, para que haja uma maior transparência na aquisição e no desenvolvimento das ações relativas aos programas governamentais.

2 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE

2.1 CARACTERÍSTICAS E DESENVOLVIMENTO DO PNAE NO BRASIL A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Com a Constituição de 1988, em seu artigo 208, inciso VII, ela descreve que o dever do Estado com a educação será efetivado com a garantia de “atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático, transporte, alimentação e assistência à saúde” (BRASIL, 1988). Assim sendo, a alimentação escolar passa a ser um direito social de todos os estudantes do ensino fundamental e ninguém pode retirar deles este direito.

Em 1994 foi instituída a descentralização do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Lei nº 8.913/1994). Com a descentralização, a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), órgão vinculado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) e responsável pelo PNAE, estabeleceu convênio com estados e municípios para o repasse de recursos financeiros. Ficaria a cargo dos estados e municípios elaborar o cardápio, adquirir alimentos, realizar o controle de qualidade, contratar os recursos humanos necessários (merendeiras, nutricionistas) e a infraestrutura física adequada (equipamentos e utensílios de cozinha). Os recursos repassados pela FAE eram destinados exclusivamente à aquisição de alimentos, ficando as demais despesas como contrapartida de estados e municípios.

Apesar do pouco tempo, esse novo elemento do PNAE é bastante inovador, pois permite ao processo educativo, envolto à merenda escolar, extrapolar o espaço físico da sala da escola, inserindo-se aos poucos na vida cotidiana e econômica dos municípios. Desta forma, o Programa Nacional de Alimentação Escolar tem a possibilidade de gerar renda para os agricultores familiares de cada município, visto que eles podem vender sua produção para o programa, beneficiando muitas vezes, seus próprios filhos, aumentando a sua produtividade na propriedade e direcionando parte dessa produção para canais específicos de comercialização.

É verdade que, pela brevidade da lei, estes programas dependem da forma de como eles serão implantados em cada um dos estados e municípios do Brasil, a fim de que possam servir como uma alternativa concreta de renda para os agricultores familiares. Contudo, essa é uma tendência recente no país, especialmente na última década onde:

o Estado tem formulado políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) pautadas em modelos estruturantes e sustentáveis, que aproximam a produção de pequenos agricultores familiares e o consumo de alimentos, contribuindo para a reconexão da cadeia alimentar e para uma relação mais estreita entre campo e cidade (TRICHES e SCHINEIDER apud MALUF, 2012, p. 66).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar é destinado aos estudantes matriculados na Educação Infantil (creches e pré-escolas), no Ensino Fundamental e Médio, assim como as escolas mantidas por entidades filantrópicas. Para fazer o repasse da verba, é observado o Censo Escolar do ano anterior, pois é com base nessas informações que o FNDE vai disponibilizar os recursos necessários de acordo com o valor que cada aluno vai receber pela merenda escolar durante o ano seguinte.

Segundo Maluf (2009), o valor aplicado para as escolas públicas do ensino básico estava em R\$ 0,22/aluno por dia (em 2009), após ter ficado congelado em R\$ 0,10 no período de 1994 a 2004. Para creches, comunidades indígenas e quilombolas, o valor per capita aplicado está em R\$ 0,44/aluno por dia. Nas escolas que oferecem ensino integral com três refeições diárias e que integram o programa “Mais Educação”¹, ele se eleva a R\$ 0,66/aluno por dia.

Por um lado, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem por objetivo fazer com que os estudantes brasileiros das escolas públicas tenham uma alimentação regular e de boa qualidade, respeitando os hábitos e costumes de cada região do país. Assim, suas ações referentes aos regulamentos deste programa estão na Lei nº 11.947/2009, sancionada em 16 de junho de 2009. O Artigo 2º, parágrafo I, da referida lei, diz que é dever da União:

o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em

¹ Programa do MEC que aumenta a oferta educativa nas escolas públicas por meio de atividades optativas que foram agrupadas em macrocampos como acompanhamento pedagógico, meio ambiente, esporte e lazer, direitos humanos, cultura e artes, cultura digital, prevenção e promoção da saúde, educomunicação, educação científica e educação econômica.

conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica (BRASIL, 2009).

Por outro lado, o cardápio da alimentação escolar deve ser programado de modo a suprir, no mínimo, 15% (quinze por cento) das necessidades nutricionais diárias dos alunos matriculados em creches, pré-escola e ensino fundamental, e, no mínimo 30% (trinta por cento) para os alunos das escolas indígenas, durante sua permanência em sala de aula, segundo Resolução nº 38 (de 23 de agosto de 2004), que estabelece os critérios para a execução do PNAE.

Diante da necessidade de se ter um bom desenvolvimento no desempenho das crianças e adolescentes do município de Coxixola, nas escolas e, não só nelas, mas em todos os lugares, é de fundamental importância que os órgãos públicos possam oferecer uma alimentação de qualidade, pois assim sendo, além de melhorar os índices de aprovação e de permanência dos alunos nas escolas, evita que alunos de baixa renda sejam prejudicados por desnutrição.

Segundo Abreu (1995, p. 09), “enquanto a desnutrição grave provoca lesões no sistema nervoso, à fome é, ao contrário, uma situação transitória, ou potencialmente transitória, que não provoca lesões irreversíveis, mas que dificulta a realização de qualquer atividade do ser humano”.

Devemos observar que não é só a falta de alimentação que causa desnutrição, pois ainda de acordo Abreu (1995, p. 08), “a desnutrição faz parte de um ‘complexo de doença social’, onde a ela se somam precárias condições de habitação, saneamento básico e saúde, além dos baixos índices de escolarização dos pais”.

Desta forma, podemos perceber que a alimentação escolar faz parte de um processo que deve ser analisado de forma constante para que este seja realizado de forma eficaz, pois é nesse processo que os alunos estão inseridos diariamente, e que de certa forma, dependem desta alimentação para o seu desenvolvimento cognitivo.

De modo geral, para que esta merenda chegue aos alunos da rede pública existem três modalidades de utilização dos recursos financeiros que são repassados do Governo Federal. Uma delas é a “merenda estadualizada”, onde Fortunati (2007) vai dizer que o Estado é quem faz uma grande compra de forma centralizada dos produtos e gêneros necessários para a merenda, e dessa forma permite que o preço final seja negociado a um custo menor para o orçamento estadual.

Dessa forma, existem as vantagens que são a redução no preço das compras e consequentemente os recursos poderão ser destinados para comprar outros produtos. Porém existem as desvantagens. Como é uma compra muito grande, os produtos correm o risco de se estragar ou perder sua qualidade e validade. Além disso, como enfatiza Fortunati (2007, p. 155), “os produtos serão os mesmos a ser consumidos em todas as escolas das redes estaduais, o que faz com que os alunos com hábitos alimentares completamente diferentes sejam obrigados a se alimentar com os mesmos produtos”.

Outra forma mencionada por Fortunati (2007, p. 156) é a que ele chamou de “merenda municipalizada”. Neste sentido, a merenda passa a ser comprada pelas secretarias municipais da educação que, por intermédio dos fornecedores de cada prefeitura, adquirem os produtos necessários para o preparo da merenda escolar nas escolas municipais e estaduais localizadas naquele município. Desta forma permite que se tenha uma redução nos preços dos gêneros alimentícios e também que se possam comprar frutas e verduras frescas adequadas a cada região, permitindo que os estudantes tenham um cardápio variado e de boa qualidade.

Ainda de acordo com Fortunati (2007), existe também, a modalidade da “merenda escolarizada” que é quando os gestores das Secretarias Estaduais da Educação repassam diretamente às escolas os valores para a aquisição dos alimentos necessários para a merenda escolar. Esta forma de aquisição da merenda permite que a escola compre produtos que os alunos estejam habituados em comer, ou seja, produtos regionais. Porém há a possibilidade de a escola não possuir um local de armazenamento adequado para uma grande quantidade de alimentos, dificultando assim, uma melhor negociação de preço na compra final.

Até então, a maior parte dos produtos comprados para a merenda escolar eram produtos industrializados, comprados diretamente dos supermercados, sem levar em consideração a produção agrícola do pequeno agricultor.

Com o desenvolvimento da agricultura familiar e o fortalecimento das associações de agricultores, houve uma necessidade de incluir esses agricultores de pequeno porte no sistema produtivo e econômico do país. E para legalizar a entrada da produção agrícola familiar no Programa de Alimentação Escolar – PNAE, no dia 16 de junho de 2009, o Presidente em exercício, José Alencar, sancionou a Lei Nº 11.947/2009, que estabelece as diretrizes e o modo de implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), além de dispor sobre outros programas e ações relacionadas com a atividade escolar no ensino público. Esta Lei, em seu Art. 14 diz que:

do total dos recursos financeiros repassados pelo PNAE, no mínimo 30% deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

Desta forma, a aquisição da merenda escolar agora passa a ser um espaço em que não somente as grandes empresas serão beneficiadas, mas também o homem do campo, o pequeno agricultor familiar que tem a oportunidade de obter uma renda certa no final do mês para alimentar sua família e até seus filhos que estão na escola, pois os alimentos que são vendidos para as escolas serão os mesmos que são produzidos em suas propriedades.

2.2 O PAPEL DA AGRICULTURA FAMILIAR NA CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Desde os primórdios da humanidade os seres humanos começaram a se alimentar de ervas que eram encontradas na natureza e com o passar dos tempos foram desenvolvendo outras formas de obter esses alimentos em momentos de escassez. Com essa necessidade surgiu então o cultivo das plantas para suprir suas necessidades biológicas. Segundo Mazoyer (1933, p.131):

Os resultados dos trabalhos arqueológicos fazem pensar que os primeiros cultivos neolíticos estavam instalados em espécie de hortas próximas às moradias, já desmatadas, fertilizadas pelos dejetos domésticos, ou sobre terrenos recentemente aluvionados pelas cheias dos rios. Mas como as zonas privilegiadas eram, por natureza, muito restritas, quando as atividades de cultivo e de criação ganharam amplitude, elas necessariamente se estenderam pelas formações arborizadas e herbáceas vizinhas.

Foi a partir dessas plantações que surgiu a agricultura, esta forma tão antiga de sustentação dos seres humanos, mas que permanece até hoje no desenvolvimento de toda a humanidade. No decorrer dos tempos, a agricultura tem sido uma atividade muito importante para o desenvolvimento do planeta, com as mais variadas formas de organização para melhor suprir as necessidades alimentícias da população mundial.

A agricultura tem trazido muito desenvolvimento econômico, principalmente para as grandes multinacionais, que através do plantio de enormes áreas, conseguem dominar os mercados nacionais e internacionais, pois possuem uma grande capacidade de desenvolver a atividade em grandes propriedades, utilizando-se de um sofisticado maquinário e de um sistema de informação que permite se conectarem com os mercados mundiais mais rapidamente.

A partir da década de 80, com a emergência dos movimentos sociais do campo, após um longo período de Ditadura Militar, surge um novo conceito que visa priorizar os pequenos produtores, este conceito é o de agricultura familiar. De acordo com Ferraz et alii (2008):

O conceito de agricultura familiar é muito amplo e permite fazer várias abordagens e análises. Existem, contudo, algumas generalizações do conceito, que permitem dar atributos comuns, sendo os principais: a família como proprietária dos meios de produção, o trabalho na terra, modalidades de produção e manifestações de valores e tradições (patrimônio sociocultural) em torno da e para a família (SANTOS e GOIS apud FERRAZ, 2011 p. 223).

Diante disso, a propriedade rural para a família, se tornou a principal fonte de sustento e suas atividades devem ser realizadas entre os membros da própria família a fim de permitir que os filhos dos agricultores não precisem sair de suas propriedades para trabalhar nos grandes centros, prejudicando assim, a continuidade dos projetos de sua propriedade.

Recentemente, a categoria agricultura familiar passou a ser definida por lei – Lei nº 11.326/2006. Em seu Artigo 3º, esta lei considera agricultor familiar àquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 04 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

Ao lado da luta pelo seu reconhecimento político, por meio da lei, houve também uma intensa luta por direitos. Diversas organizações e grupos de agricultores pressionaram o Estado por ações que os incluíssem no processo produtivo de desenvolvimento do país. Dessa

forma, “na década de 1990, observa-se a reinserção da reforma agrária na agenda política, resultando na criação de vários projetos de assentamentos; e a criação do Pronaf, representando a primeira política federal de abrangência nacional voltada exclusivamente para a produção familiar” (SANTOS e GOIS, 2011, p. 224).

O Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – foi criado em 1996, pelo Governo Federal, para auxiliar os pequenos produtores e agricultores familiares na organização e desenvolvimento de suas propriedades, através de financiamentos em diversas linhas de créditos e assistência técnica para melhor desenvolver suas atividades agrícolas.

Outro ponto importante é que, com as reformas das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, abriu-se a possibilidade para que as famílias possam permanecer em suas pequenas propriedades cuidando de sua produção e tendo como vender seus produtos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Assim sendo, o pequeno produtor pode desenvolver atividades diversificadas para ajudar no sustento da família.

Para que o agricultor ou agricultora familiar possa vender seus produtos para o PNAE, é necessário que ele/ela se enquadre nos requisitos do Pronaf, como por exemplo, ter uma Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP. Este documento comprova que o agricultor está apto a fazer financiamentos com os bancos credenciados com taxas de juros mais baixas e participar das chamadas públicas para fornecer os produtos da sua propriedade para a merenda escolar.

No município de Coxixola, de acordo com os dados do último Censo Agropecuário (IBGE, 2006), existem 246 estabelecimentos que estão credenciados na agricultura familiar (Lei nº 11.326/2006) ocupando uma área de 3.586 hectares. Por outro lado, aqueles que não se enquadram na categoria agricultura familiar, somam 20 estabelecimentos, correspondendo a uma área de 10.746 hectares.

Portanto, podemos observar que existe um número significativo de estabelecimentos que fazem parte da agricultura familiar, porém a quantidade da área disponível para as atividades agrícolas é bem inferior àquelas que não pertencem à agricultura familiar. Isso nos remete aos velhos problemas da má distribuição das terras no Brasil, onde a grande propriedade está nas mãos de um pequeno grupo que faz pouco uso dela.

2.3 A MERENDA ESCOLAR COMO UM ESPAÇO DE SOCIALIZAÇÃO

O oferecimento da merenda escolar pode ter vários significados que ultrapassam a questão apenas de servir a merenda, do “comer, do se alimentar”. Para que esta merenda possa ser servida, existe uma série de processos burocráticos e significados que devem ser observados e analisados. Para Amaro (2002), estes significados, produzidos e instituídos através de políticas sociais públicas e de suas práticas, podem nos remeter a diferentes questões, dependendo do lugar que ocupemos neste contexto. Há aqueles que instituem essas políticas, aqueles que tentam analisá-las, aqueles que delas se utilizam e aqueles sobre os quais essas políticas dirigem suas ações.

Nessa perspectiva, existe todo um processo de socialização que envolve, desde a elaboração das ações até os procedimentos entre os alunos na escola, como por exemplo, antes da alimentação existe todo um trabalho pedagógico por parte da equipe escolar que faz com que os alunos aprendam noções básicas de higiene pessoal, de como se comportar na fila dentre outros aspectos. Em princípio, para Fortunati (2007, p. 154):

O oferecimento da merenda escolar tem como objetivo primordial a educação alimentar, pois na hora da alimentação os alunos passam a ter a oportunidade de colocar em prática os conteúdos vistos em sala de aula, como hábitos de higiene, higiene dos alimentos, alimentação equilibrada, boas maneiras entre outros temas.

Esta socialização verifica-se também na maneira de como os alunos vão formando seus grupos de amizade, as brincadeiras durante a merenda, as piadas, as risadas e todo um processo que, muitas vezes acontecem durante muitos anos de estudo.

Outros momentos de socialização acontecem nas reuniões dos Conselhos de Alimentação Escolar, onde deverão ser discutidas todas as questões relativas ao fornecimento da merenda escolar assim como a formação do cardápio, o que os alunos gostam ou não gostam, o que é mais servido, o que os pais acham da merenda, suas opiniões e suas críticas, tudo isso faz parte de um processo de socialização que contribui de maneira muito significativa para a consolidação dos direitos fundamentais dos alunos e faz com que a sociedade acompanhe de perto e participe das tomadas de decisão relativas à aquisição e distribuição da merenda escolar nas escolas municipais.

Portanto, o processo de gerenciamento e distribuição da merenda escolar, assim como os diversos momentos que os alunos têm nos intervalos das aulas para se alimentar constitui um importante instrumento de socialização que vão permear a vivência desses estudantes durante muitos anos, tanto na escola quanto em outros espaços públicos que eles frequentarem, contribuindo significativamente para um melhor desenvolvimento de suas práticas diárias.

3 A MERENDA ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE COXIXOLA

3.1 O MUNICÍPIO DE COXIXOLA

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, 2010), o município de Coxixola está localizado na microrregião do Cariri Ocidental distante aproximadamente 252 km da capital João Pessoa, com uma área de 119 km² e uma população de 1.771 habitantes. A estimativa para 2012 era de uma população aproximada em 1.802 habitantes.

O nome Coxixola, provavelmente deriva da palavra *Cochicholo*, que significa fazer uma casa pequena de tijolos em Tupi-Guarani. Segundo a tradição oral alguém que passava ao Sul do território de Coxixola, encontrou alguns caboclos que batiam tijolos. Quando interrogados por que faziam tijolos, responderam: Vamos fazer um Cochicholo (Casa Pequena - Tupi-Guarani). Construído o pequeno Chalé, os tropeiros que aqui passavam reuniam-se para comer, dançar, rezar e dormir. Assim, o povoado de Coxixola teve início em sua parte Sul.

Em 1922, Sólton Barbosa de Lucena, então governador da Paraíba, muda o nome para São José de Lucenópolis, uma homenagem para o padroeiro do povoado e a sua pessoa. Contudo, em junho de 1923, o nome volta a Coxixola por não satisfazer a vontade da população coxixolense. Depois de um longo tempo como povoado, tornou-se distrito inicialmente do município de São João do Cariri e, posteriormente, a partir de 1960 passou a ser distrito do município de Serra Branca, para finalmente tornar-se cidade, emancipando-se em 29 de abril de 1994.

O município está incluído na área geográfica de abrangência do semiárido brasileiro, definida pelo Ministério da Integração Nacional em 2005. Esta delimitação tem como critérios o índice pluviométrico, o índice de aridez e o risco de seca (BRASIL, 2005).

A prefeitura municipal de Coxixola e suas respectivas secretarias estão situadas à Avenida Manuel José das Neves, no centro da cidade. A primeira eleição para Prefeito Constitucional e Câmara Municipal de Vereadores foi realizada em outubro de 1996. Já se passaram 04 (quatro) administrações municipais, sendo que o primeiro prefeito eleito se

reeleveu na eleição seguinte (1997 – 2000) e (2001 – 2004). Da mesma forma aconteceu na eleição subsequente, o prefeito que ganhou as eleições também conseguiu se reeleger, cumprindo dois mandatos (2005 -2008) e (2009 – 2012). Já a Câmara de Vereadores é composta de 09 (nove) vereadores, eleitos para o mandato de quatro anos.

3.2 A EDUCAÇÃO EM COXIXOLA

O município possui hoje 01 (uma) escola de Ensino Médio e nove (9) escolas municipais, sendo 01 (uma) na zona urbana e 08 (oito) na zona rural.

Na zona rural, a maioria dos prédios possui 01 (uma) sala de computação, cantina, banheiro, além de área de lazer (campo com areia). Algumas escolas possuem 02 (duas) salas de aula. Foram realizadas obras de engenharia na construção de muros em alvenaria em volta dos prédios, para proteção e segurança dos alunos. Na zona urbana, o prédio foi cedido pela Secretaria Estadual de Educação, mediante Contrato de Cessão de Uso. O mesmo dispõe de 04 (quatro) salas de aulas, secretaria, sala de computação, cantina, cozinha, banheiros masculino e feminino e espaço de lazer (campo de terra batida).

Em todas as escolas há energia elétrica, caixa d'água com água saneada, freezer, fogão, armário, filtro, liquidificador, bem como outros utensílios necessários ao funcionamento.

Dentro da estrutura organizacional do município, o mesmo possuía no período de 2011 - 2012, um Secretário de Educação e uma coordenadora pedagógica, 17 (dezessete) professores, merendeiras e auxiliar de serviços, isso para atender à todas as escolas. Uma curiosidade é que o município não possuía nenhum diretor escolar. Sendo assim, toda a demanda das escolas, tanto rural quanto urbana relativos à educação ficava a cargo desses dois funcionários. Também existiam vigias em todas as escolas municipais, exceto a escola da zona urbana.

Destaque-se no município, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), divulgado recentemente no país (ATLAS BRASIL, 2013) que foi de 0,641 (numa escala que vai de zero a um). Isso significa dizer que o município está situado na faixa de

Desenvolvimento Humano Municipal Médio (IDHM entre 0,6 e 0,699), muito embora ficando abaixo da média nacional que é de 0,727.

Em relação aos 223 outros municípios da Paraíba, Coxixola ocupa a 13ª posição no ranking geral, sendo que 12 (5,38%) municípios estão em situação melhor e 211 (94,62%) municípios estão em situação pior ou igual. No cariri, dos 17 municípios que compõem a região, o município de Coxixola tem o melhor IDHM, conforme o Atlas de Desenvolvimento Humano Municipal (ATLAS BRASIL, 2013)

Destaque-se ainda a dimensão educativa do IDHM. Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em Coxixola, em termos absolutos, foi Educação (com crescimento de 0,326), seguida por Longevidade e Renda. Esse crescimento permitiu ainda que o município ficasse na décima terceira posição em termos de IDHM-Educação, no estado da Paraíba, com índice de 0,567.

Analisando mais a fundo, no período de 2000 a 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola cresceu 7,12% e no período de 1991 e 2000, 198,81% (ressalte-se que a proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do município e compõe o IDHM Educação). Em 2010, 49,81% dos alunos entre 6 e 14 anos de Coxixola estavam cursando o ensino fundamental regular na série correta para a idade. Em 2000 eram 43,72% e, em 1991, 24,28% (ATLAS BRASIL, 2013).

Contudo, apesar do crescimento positivo, o município caiu para segunda posição na região do Cariri (IDHM-Educação) e demonstra ainda uma grande insuficiência em termos educacionais e os desafios para o futuro na gestão e para o desenvolvimento municipal, tomando-se em conta a média nacional do IDHM-Educação que é de 0,637 (ATLAS BRASIL, 2013).

3.3 OS DADOS DO PNAE EM COXIXOLA

De acordo com o Relatório Anual de Gestão do PNAE, a prefeitura deste município atendeu no ano de 2011 a 62 alunos de Pré-Escolar e 97 no Ensino Fundamental, não existindo responsabilidade do município sobre as escolas estaduais.

Ainda de acordo com as informações contidas nesse relatório, a aquisição de gêneros alimentícios foi efetuada mediante Processo Licitatório na modalidade Carta Convite nº008/2011, e quanto aos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação (FNDE) destinados à compra da merenda escolar que atendeu aos 62 alunos do Pré-Escolar, foi no valor de R\$ 3.089,78 (três mil oitocentos e oitenta e nove reais e setenta e oito centavos), e para os 97 alunos do Ensino Fundamental o valor repassado foi de R\$ 6.750,22 (seis mil setecentos e cinquenta reais e vinte e dois centavos), perfazendo um total de R\$ 9.840,00 (nove mil oitocentos e quarenta reais).

Na compra referente aos produtos advindos da agricultura familiar, foram adquiridos os produtos de apenas um agricultor do Sítio Campo do Velho, no valor de R\$ 2.962,95 (dois mil novecentos e sessenta e dois reais e noventa e cinco centavos), enquanto que a contra partida da prefeitura foi no valor de 25.367,86 (vinte e cinco mil trezentos e sessenta e seis reais e oitenta e seis centavos).

No ano de 2012, de acordo com os dados do Relatório Anual de Gestão do PNAE, a quantidade de alunos atendidos na modalidade de ensino Pré-Escolar foi de 57 alunos e na modalidade Ensino Fundamental foi de 132 alunos, não existindo responsabilidade do município sobre as escolas estaduais.

Esta aquisição dos gêneros alimentícios foi efetuada mediante o Processo Licitatório na modalidade Carta Convite nº 013/2012. Para esta aquisição foi repassado do FNDE, um valor total de R\$ 10.188,00 (dez mil cento e oitenta e oito reais), sendo que desse total, R\$ 4.778,00 (quatro mil e setecentos e setenta e oito reais) foram destinados aos alunos da modalidade de ensino Pré-Escolar e R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais) para os alunos do Ensino Fundamental. Enquanto que as compras dos alimentos para os 57 alunos do Pré-Escolar foi de R\$ 4.454, 01 (quatro mil quatrocentos e cinquenta e quatro reais e um centavo) e a compra dos alimentos para os 132 alunos do Ensino Fundamental foi de R\$ 5.209,33 (cinco mil

duzentos e nove reais e trinta e três centavos) perfazendo um total de R\$ 9.663,34 (nove mil seiscentos e sessenta e três reais e trinta e quatro centavos), ficando um saldo de R\$ 524, 66 (quinhentos e vinte quatro reais e sessenta e seis centavos).

Enquanto que os produtos adquiridos da agricultura familiar, assim como no ano de 2011, apenas um agricultor familiar forneceu alimentos de sua propriedade, o mesmo residente no Sítio Campo do Velho que recebeu um valor de R\$ 4.372,94 (quatro mil trezentos e setenta e dois reais e noventa e quatro). Já a contra partida da prefeitura, que serve para completar o que falta do PNAE, foi no valor de R\$ 18.304,30 (dezoito mil trezentos e quatro reais e trinta centavos), como mostra a tabela abaixo.

Tabela 1 – Valores repassados pelo FNDE para Coxixola (2011 e 2012)

Ano	Pré-escolar	Valor (R\$)	Fundamental	Valor (R\$)	Totais	
					Alunos	Valor (R\$)
2011	62	3.089,78	97	6.750,22	159	9.840,00
2012	57	4.778,00	132	5.400,00	189	10.188,00

Analisando a tabela acima, estes valores foram o total dos recursos repassados diretamente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, para a entidade executora do Programa de Alimentação Escolar que é a própria prefeitura através da Secretaria de Educação.

Podemos observar que entre 2011 e 2012 houve uma diminuição do número de alunos do pré-escolar (05 alunos) e mesmo assim os recursos do PNAE aumentaram em R\$ 1.688,22 (mil seiscentos e oitenta e oito reais e vinte e dois centavos). Enquanto que nos mesmos anos, para o ensino fundamental, apesar de ter aumentado bastante a quantidade de alunos (35 alunos), os recursos do PNAE reduziram em R\$ 1.350,22 (mil, trezentos e cinquenta reais e vinte e dois centavos) para esta categoria.

A explicação técnica para isso é que os recursos destinados diretamente do PNAE para a merenda escolar é calculado de acordo com o número de alunos do ano anterior, portanto, se o número de alunos for baixo em um determinado ano conseqüentemente os valores do repasse do PNAE para o ano seguinte serão menores, independentemente da quantidade de alunos matriculados neste ano.

Outro dado importante que foi mencionado acima na tabela 1, é que em 2011 a contrapartida da prefeitura foi quase três vezes maior do que os valores repassados do Governo Federal. Enquanto o FNDE repassou R\$ 9.840,00 (nove mil oitocentos e quarenta reais) a prefeitura entrou com uma contrapartida de R\$ 25.367,86 (vinte e cinco mil trezentos e sessenta e sete reais e oitenta e seis centavos). Já no ano de 2012, o Governo Federal enviou R\$ 10.188,00 (dez mil cento e oitenta e oito reais) enquanto que a prefeitura entrou com R\$ 18.304,30 (dezoito mil trezentos e quatro reais e trinta centavos).

Esta contrapartida da prefeitura é necessária para complementar a compra da alimentação escolar, para manutenção e compra dos utensílios de armazenamento dos alimentos nas escolas, como também, para o transporte da merenda escolar para as escolas da zona rural.

Outro dado que pode ser observado é que apesar de ter aumentado o número de alunos entre 2011 e 2012 (30 alunos), os valores totais dos recursos utilizados para a alimentação escolar, juntando os valores que vem do FNDE e a contrapartida da prefeitura, diminuíram.

Em 2011 os recursos foram na ordem total de R\$ 35.207,86 (trinta e cinco mil duzentos e sete reais e oitenta e seis centavos), enquanto que em 2012, estes valores não passaram de R\$ 28.492,30 (vinte e oito mil quatrocentos e noventa e dois reais e trinta centavos), uma diferença de R\$ 6.715,56 (seis mil setecentos e quinze reais e cinquenta e seis centavos), como mostra a tabela 2 abaixo.

Tabela 2 – Recursos destinados à merenda escolar

ANO	NÚMERO DE ALUNOS	VALOR TOTAL
2011	159	35.207,86
2012	189	28.492,56

Segundo nos informou o chefe das finanças do município, estes valores decrescentes ocorreram porque no ano de 2011 houve a necessidade de se comprar alguns utensílios de uso nas escolas, como armários para o armazenamento de alimentos, freezer, fogões dentre outros. No ano subsequente (2012), não sendo mais necessário fazer nenhuma compra de equipamentos.

Em relação à compra da agricultura familiar, houve um acréscimo no valor de um ano para outro, apesar de apenas 01 (um) agricultor ter aderido ao programa. Em 2011 ele recebeu

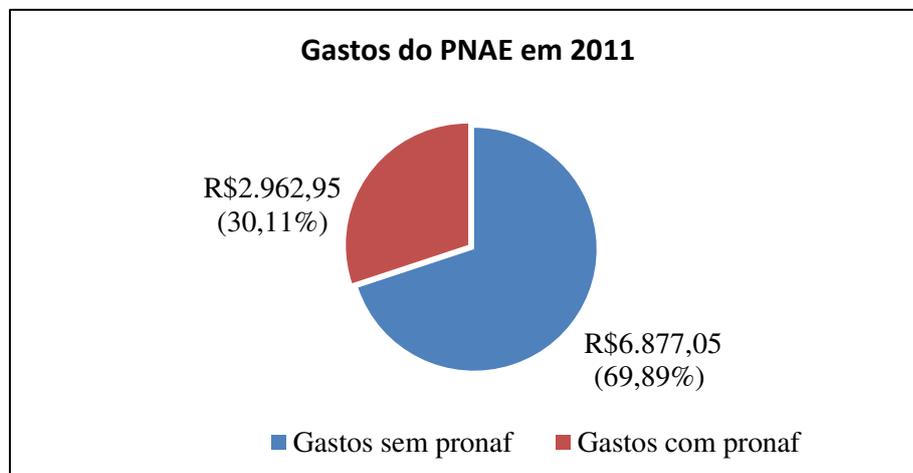
pela venda de seus produtos um total de R\$ 2.962,95 (dois mil, novecentos e sessenta e dois reais e noventa e cinco centavos), enquanto que em 2012 este valor aumentou para R\$ 4.372,94 (quatro mil trezentos e setenta e dois reais e noventa e quatro), um aumento de R\$ 1.409,99 (47,6%). Enquanto que os gastos com a compra dos outros produtos que não são adquiridos dos agricultores familiares tiveram um decréscimo de R\$ 1.061,99 (-15%), como mostra a tabela 3 abaixo.

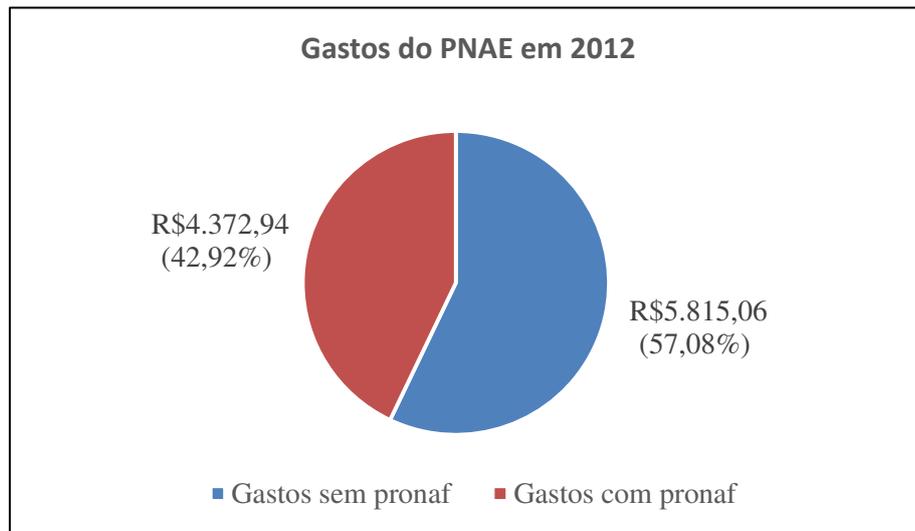
Tabela 3 – Valores (em R\$) das compras para merenda escolar (2011-2012)

DESCRIÇÃO	2011	2012	EVOLUÇÃO	%
Transferência do PNAE	9.840,00	10.188,00	348,00	5,3
Gasto sem agricultura familiar	6.877,05	5.815,06	- 1.061,99	-15,4
Gasto com agricultura familiar	2.962,95	4.372,94	1.409,99	47,6

Isso significa que para este agricultor, apesar de alguns problemas enfrentados (conforme serão abordados abaixo), ele conseguiu aumentar a sua produção e conseqüentemente sua renda de um ano para outro. Talvez esses dados sirvam de incentivo para os demais agricultores do município que por motivos diversos não se propuseram a fazer a adesão ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. De modo geral, esses dados representam um avanço com relação à preocupação do gestor público em adquirir os produtos da agricultura familiar, apesar de serem insuficientes os repasses do Governo Federal.

Os gráficos a seguir fazem um comparativo entre os anos de 2011 e 2012 com relação aos repasses do PNAE para o município de Coxixola.





FONTE: O AUTOR DA PESQUISA

Podemos observar, no entanto, que os gastos com o PRONAF, que é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, isto é, a compra dos produtos da agricultura familiar, aumentou de um ano para o outro. Esses dados mostram ainda que em 2011, o Programa atingiu a meta da Lei Nº 11.497/2009, porém atingindo apenas 30,11%, do total dos valores repassados do PNAE. Em 2012, esta meta atingiu um patamar mais elevado, 42,92%.

Sabemos que ainda é pouco este aumento, mais já significa algum avanço, pois quando se compra os produtos de uma grande empresa ou mercado, está beneficiando apenas uma pessoa ou um empreendimento, porém ao comprar produtos dos agricultores familiares passa-se a beneficiar um segmento social que necessita de incentivos e mais atenção dos poderes públicos.

3.4 A GESTÃO COMPARTILHADA DO PNAE: A ATUAÇÃO DO CAE

O Conselho de Alimentação Escolar (CAE) é um dos principais responsáveis pela boa gestão do PNAE. É através dele que são direcionadas todas as atividades relativas à

organização, execução e fiscalização dos recursos que são repassados do FNDE, para as prefeituras.

O Conselho de Alimentação Escolar de Coxixola foi instituído em 30 de janeiro de 1997, pela Lei N° 008/97, fundamentado pela Lei Federal N° 8.913, de 13 de julho de 1994, a qual disciplina a municipalização da merenda escolar deste município. Inicialmente, o seu Artigo 3° diz que o Conselho deve possuir 06 (seis) representantes, titulares e suplentes, sendo composto por representantes do poder executivo; poder legislativo; secretaria municipal de Educação; Secretaria de Educação do Estado; Associação Comunitária Rural e Conselho de Pai de Alunos. A primeira reunião para a escolha dos membros deste Conselho recém constituído foi realizada no dia 27 de março de 1998, como consta no livro de Ata do mesmo.

Curiosamente, em seu Artigo 4° está definido que “fica o poder executivo autorizado a nomear os membros titulares e suplentes para compor o Conselho Municipal de Alimentação”. Desta forma, é como se o conselho fosse formado apenas para cumprir as formalidades da lei, pois os membros foram escolhidos pelo poder executivo não tendo autonomia para que cada seguimento da sociedade indicasse seus representantes.

Em 27 de dezembro de 2009 foi regulamentado o Regimento Interno do Conselho como sendo um órgão deliberativo, fiscalizador e de assessoramento. A partir desse momento, para formalização do Conselho, foram realizadas reuniões para indicação dos representantes de cada entidade. Segundo consta no Regimento Interno do Conselho de Alimentação Escolar de Coxixola no seu Artigo 2°, o mesmo será constituído por sete membros, e não mais (06) como em sua criação. E teve a seguinte composição: 01 (um) representante do poder executivo, indicado por este poder; 02 (dois) representantes das entidades de trabalhadores da educação e de discentes, indicados pelos respectivos órgãos; 02 (dois) representantes de pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares e 02 (dois) representantes indicados por entidades civis organizadas, escolhidos em assembleia específica.

Importante destacar que a efetiva participação da comunidade municipal (representada no conselho) é um ponto fundamental para consolidação do conselho, bem como da gestão educacional de forma geral, e da merenda escolar em específico. Isso pressupõe à assiduidade e reuniões ordinárias do Conselho de Alimentação Escolar. Pesquisando em Ata, podemos verificar que no ano de 2010 foi eleita uma nova diretoria para o exercício de 2011-2012, e

constatou-se que no ano de 2011, este Conselho se reuniu apenas uma vez, no dia 26 de janeiro de 2011, a fim de analisar a prestação de contas da merenda escolar.

Portanto, é possível constatar que este Conselho não estava cumprindo com os seus princípios norteadores pelos quais é fundamentado, que é fiscalizar, assessorar e deliberar. Não acontecendo as reuniões fica parecendo que este órgão não se reúne para organizar e discutir suas ações juntamente com outros seguimentos da comunidade, deixando assim de colaborar com uma função tão importante que tem um Conselho de Alimentação na garantia dos direitos sociais dos estudantes e na fiscalização dos recursos públicos.

Isso pode ser melhor compreendido quando se trata de uma das atribuições (dentre outras) do CAE que é “participar da elaboração dos cardápios do PNAE”, de acordo com o Regimento Interno (Artigo 1º inciso VIII). Verificando o Relatório Anual de Gestão do PNAE, percebe-se que as reuniões para a elaboração dos cardápios foram realizadas entre a nutricionista e as merendeiras, portanto faltando a presença do CAE.

Ou seja, visando atender a totalidade de alunos do município de Coxixola – Paraíba, nos anos de 2011 e 2012, a Secretaria Municipal de Educação realizou reuniões entre as merendeiras e uma nutricionista no início de cada ano letivo, a fim de elaborar o cardápio das escolas municipais tanto do campo quanto da cidade, buscando atender as necessidades nutricionais dos alunos e respeitando as particularidades de nossa região, ou seja, os hábitos alimentares locais.

Para compor o cardápio dos anos letivos 2011 – 2012 foram comprados alimentos como: hortaliças, banana, goiaba, laranja, cenoura, cebola, mamão, e também floco de milho, arroz, feijão, leite integral, biscoito, carne de frango, charque, macarrão, ovo, carne bovina, carne moída, achocolatado e pão. Todos esses alimentos foram entregues pela Secretaria Municipal de Educação em cada unidade escolar a cada quinze dias, segundo consta no Relatório Anual de Gestão do PNAE. O armazenamento desses alimentos é feito em armários de metal, e em freezer (um em cada escola), seguindo as normas de higiene e sendo fiscalizada semanalmente pela supervisora escolar.

Para realizar as ações de Educação Alimentar, há uma parceria entre as secretarias de Educação e de Saúde, onde os médicos, odontólogos, agentes comunitários de saúde e enfermeiras realizaram palestras sobre temas relacionados à alimentação em conjunto com as atividades pedagógicas que já vinham sendo realizadas pelos professores. Essas atividades foram feitas periodicamente (de modo geral, mensalmente) pelos próprios docentes que

através do planejamento didático elaboram atividades escritas e orais, bem como apresentações de vídeo sobre os temas e cartazes de conscientização acerca de uma alimentação adequada.

Dentro dessas ações foram realizados cursos de capacitação para as merendeiras sempre no início de cada ano letivo, e/ou quando solicitados, com uma nutricionista, que enfoca entre outros assuntos noções de higiene, como evitar contaminação de alimentos e os tipos de vitaminas que possui cada alimento, além de adequar o cardápio aos hábitos alimentares de cada localidade.

Portanto, é perceptível que as reuniões do CAE só aconteciam quando havia a necessidade de uma documentação, não servindo para se discutir, fiscalizar e elaborar as ações as quais são de responsabilidade do Conselho de Alimentação Escolar.

3.5 OS ENTRAVES ENFRENTADOS PELOS AGRICULTORES

Conforme vem sendo dito ao longo do texto, com a implantação da Lei Nº 11.947/2009, ficou assegurado aos agricultores familiares a possibilidade de vender a produção de suas roças para as prefeituras e/ou secretarias municipais e estaduais, para ser incorporados à merenda escolar. Por lei, esses órgãos são obrigados a comprar, no mínimo, 30% dos produtos advindos da agricultura familiar:

essas iniciativas têm demonstrado, em princípio, potencialidades no que diz respeito a incentivos de reprodução e segurança alimentar de pequenos produtores rurais, ao mesmo tempo que incrementam oportunidades de maior produção e disponibilização de alimentos mais adequados para públicos vulneráveis, como crianças e adolescentes (TRICHES e SCHNEIDER, 2012, p.67).

Seria uma boa notícia para os agricultores, se não fossem os entraves que permeiam os processos de aquisição desses produtos.

Como vimos na referida pesquisa, apenas 01 (um) agricultor familiar respondeu a carta convite e forneceu os alimentos para a alimentação escolar no município de Coxixola nos anos de 2011 – 2012.

Em conversa com pessoas que realizaram o processo de compra nos anos acima citados, eles relataram que neste período foi realizada uma mobilização entre as secretarias de Educação e de Agricultura no intuito de divulgar e conscientizar os agricultores a respeito do programa. Nessas reuniões foram repassados informações para os agricultores sobre a finalidade do programa, o que eles deveriam fazer, as responsabilidades, a tabela de preços da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, enfim, todas as informações necessárias para que eles pudessem organizar suas produções.

Depois da mobilização foi realizada a Chamada Pública, com um prazo para que os agricultores que se interessassem viessem até a prefeitura municipal a fim de concorrer ao processo licitatório.

No dia marcado apareceu apenas 01 (um) agricultor, que não tendo concorrência, apresentou seus produtos e ficou na obrigatoriedade de fornecer os alimentos dos quais havia apresentado para ser vendido para a merenda escolar. Mas, por que só apareceu 01 (um) agricultor para concorrer?

Todos esses programas governamentais passam por processos burocráticos que os agricultores não estão acostumados e por isso desistem antes mesmo de começar. Segundo Triches e Schneider (2012, p. 68), “há todas as barreiras de entrada relacionadas aos aspectos burocráticos, fiscais, ambientais, estruturais, organizacionais, sanitários, exigidos aos agricultores para a formalização de seus estabelecimentos e de seus produtos”.

Por estes motivos que no município de Coxixola, só apareceu este agricultor. Em conversa com outros agricultores sobre este programa, eles são unânimes em suas respostas. Alguns dizem que é inviável vender seus produtos ao “governo”, pois o preço da tabela da CONAB (referência para compra) era muito mais baixo do que o preço de mercado, e eles eram obrigados a fornecer os alimentos de qualquer jeito, caso os agricultores passassem a fornecer os produtos para a merenda escolar através da chamada. Alguns deles relataram que até chegaram a fazer os cadastros na EMATER (órgão de extensão rural) para organizar a documentação necessária, porém no decorrer do tempo, ao saber da burocracia que existia eles nem chegaram a procurar a prefeitura para concorrer à licitação.

Segundo alguns agricultores, no mercado, eles vendiam a um preço melhor, sem burocracia e não tinham essa obrigatoriedade do fornecimento ininterrupto enquanto a chamada estivesse vigente. Percebe-se aqui um certo receio – bastante racional – pelo fato de que lidar com produção agrícola e/ou pecuária, as previsões não podem ser exatas, tendo em vista o envolvimento de processos biológicos, climáticos, dentre outros. Talvez essa pouca flexibilidade no fornecimento ininterrupto (como se não houve nenhuma possibilidade de justificativa) levou os agricultores a um recuo estratégico.

Um produtor relatou, por exemplo, que não estava organizado o suficiente para ingressar neste programa. Segundo ele, não havia uma quantidade regular de produtos em sua propriedade para que pudesse dispor, semanalmente, de uma determinada quantidade de produtos para venda à “merenda”.

Outro entrave relatado, é que para fornecer os produtos, os agricultores tinham que deslocar-se até a Coletoria Estadual em Serra Branca (cerca de 20 km distância) para retirarem as notas fiscais, com isso gastaria muito mais com transporte para fazer a viagem, sem contar com o transporte dos produtos de sua roça para ser entregue na cidade.

Portanto, está claro que os entraves para os agricultores são os mesmos: a falta de organização da produção, o baixo custo dos produtos na tabela da CONAB e a burocracia são apontados como as principais causas da não adesão ao Programa de Alimentação Escolar no município de Coxixola nos anos de 2011 e 2012.

Entraves que, por um lado, têm comprometido a eficácia do PNAE, em especial, o cumprimento da Lei que determina aquisições da agricultura familiar do município. Por outro, impossibilita a capacidade de inclusão progressiva de agricultores ao programa, restringindo uma área fundamental para se pensar o desenvolvimento municipal que é o aspecto da comercialização institucional (que é rotineiro, diferentemente do mercado consumidor que sofre variações) de produtos locais.

3.6 A ASSOCIAÇÃO COMO ESPAÇO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL

A Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Coxixola (ACCOCOX) foi criada em setembro de 2003 com o objetivo de promover a integração dos criadores da zona rural e urbana do município fazendo com que as ações executadas pela mesma fossem desenvolvidas igualmente para todos os criadores do município, desta forma trazendo maior desenvolvimento para aqueles que dela participa.

Nesses dez anos de existência, passaram-se duas gestões, sendo que a primeira gestão ficou seis anos consecutivos. Muitos projetos foram executados, beneficiando muitas famílias, contudo nenhum deles voltados à agricultura, em sentido estrito, para venda ao PNAE. Na realidade, o esforço da associação é de melhoramento do rebanho de animais para produção de leite e a venda a outro programa governamental – o Programa de Aquisição de Alimentos.

Nesse sentido, uma das ações foi a aquisição de um bode reprodutor da raça leiteira, onde desta forma cada criador tem a disposição para fazer a “cobertura” do seu rebanho de cabras, agregando assim, um valor maior ao seu rebanho. Também estimulou-se a venda das ovelhas de “raças inferiores” para comprar ovelhas selecionadas e de raças mais resistentes e de melhor qualidade.

Outra ação importante foi à aquisição de um tanque de resfriamento de leite que serve para conservar o leite de cabras de todos os criadores associados do município. Este leite é vendido para o programa “leite da Paraíba” que faz parte do PAA, dentre outras ações.

Além disso, vem sendo realizada todos os anos a festa da cabra leiteira com o apoio da prefeitura municipal. Nesta festa, os criadores têm a oportunidade de expor suas matrizes leiteiras de melhor qualidade, concorrer a prêmios e até vender seus animais para criadores de outros lugares, aumentando assim, sua rentabilidade. Além de proporcionar um momento de lazer e diversão para toda comunidade.

Para tanto, a associação sendo um espaço de discussão dos assuntos relativos aos criadores que também são agricultores, não se tem tratado do tema Agricultura Familiar. Este espaço tão importante deveria haver uma maior mobilização por parte dos agricultores para viabilização dos programas governamentais que precisam ser mais disseminados, mais orientados por parte dessas organizações.

Este programa da Agricultura Familiar pode proporcionar aos agricultores uma melhor qualidade de vida e uma segurança monetária para sua família, uma vez que eles podem vender, não somente o leite para o PAA, mais também outros produtos que possam ser produzidos pela família para a merenda escolar e assim agregar mais valor a sua renda.

A Associação poderia ser o espaço de organização dos agricultores para discutir esses entraves que eles mesmos relataram quando tentaram aderir ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Estas questões burocráticas são necessárias para que se tenha uma maior organização dos recursos públicos, porém sendo bem discutidas e disseminadas, fazem com que os agricultores saibam se organizar melhor quando estiverem diante de situações em que eles necessitem desse processo em sua vida diária, e a associação enfim poderia ser este espaço para minimizar estes entraves.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando-se que a educação não se faz somente entre professores e alunos, mas em um conjunto coeso que envolve desde a simples entrada do portão até a busca da comunidade para atuar dentro da escola, em um processo de socialização que esteja centrado no desenvolvimento dos estudantes para a vida, a aquisição da merenda escolar está dentro deste conjunto como sendo um processo muito importante para o bom desempenho dos alunos no período escolar.

Neste processo, está envolvido toda a comunidade através dos conselhos escolares, dos poderes públicos, dos profissionais da limpeza, dos porteiros, dos agricultores familiares, dos professores e dos alunos. Desta forma, para obter uma educação de qualidade é necessário que as escolas construam espaços em que os alunos possam também, criar hábitos alimentares saudáveis e sustentáveis, para que no futuro tenhamos uma geração mais consciente e mais saudável.

Quanto aos impactos, não foram notados de imediato e somente os trabalhos futuros poderão dar conta de demonstrá-los. Apenas o aumento do valor pago ao agricultor familiar de um ano para outro e a permanência dos alunos na escola foram verificados com mais relevância.

Esses impactos na merenda escolar só serão sentidos com uma melhor organização dos conselhos escolares em geral, e o Conselho de Alimentação Escolar em especial, fazendo com que a busca pelos direitos sociais esteja cada vez mais presente para que tenhamos realmente um sistema democrático de direito, com os programas governamentais sendo executados de forma correta para quem realmente necessita.

Através desse trabalho podemos perceber que apesar do município de Coxixola em 2011 ter atingido a meta determinada pela lei do PNAE, que é a compra de, no mínimo, 30% dos produtos da agricultura familiar, e do aumento deste percentual em 2012, ainda se tem muito a melhorar. Um exemplo, são os entraves enfrentados pelos agricultores para conseguirem aderir a este programa, como também, é necessário uma atuação mais constante dos órgãos de representação social, principalmente do Conselho de Alimentação Escolar, que é o órgão responsável direto pelos destinos dos recursos vindos do FNDE/PNAE, para a aquisição da merenda escolar do município de Coxixola, no Cariri paraibano.

REFERÊNCIAS

ABREU, Mariza (1995). **Alimentação Escolar: combate à desnutrição e ao fracasso escolar ou direito da criança e ato pedagógico?**. Artigo disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1002/905>. Acesso em 10/05/2013

Alimentação, escola e agricultura familiar. MALUF, Renato S. Artigo disponível em: [Alimentação_Escolar_AF_OPPA_2009_Maluf.pdf](#) – Adober Reader. Acesso em: 05/09/2013

AMARO, Lúcia Elena Matos. **Tem repetição, professora?...** Um estudo sobre a prática da merenda escolar e seus significados. Dissertação Mestrado em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2002.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 64 de 04 de fevereiro de 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc64.htm#art1
Acesso em: 25 / 07/ 2013.

BRASIL. Lei nº 11. 947 de 16 de junho de 2009. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/leis/item/3345-lei-nº-11947-de-16-de-junho-de-2009>
Acesso em: 14/09/2013

BRASIL. **Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006**. Lei que regulamenta a Política Nacional da Agricultura Familiar. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm. Acesso em 10/09/2013

CHAVES, Lorena Gonçalves; BRITO, Rafaela Ribeiro de. **Políticas de Alimentação Escolar**. Brasília: Centro de Educação a Distância – CEAD, Universidade de Brasília, 2006.

Diário Oficial da União. Disponível em: [lei – 11947 – 16 06 2009.pdf](#) – Adober Reader. Acesso em 09/09/2013.

FNDE. Resolução nº 38 de 23 de agosto de 2004. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/4228-resoluçao-cd-fnde-nº-38,-de-23-de-agosto-de-2004> Acesso em: 03/08/2013.

FORTUNATI, José. **Gestão da educação pública: caminhos e desafios**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FREY, Klaus (2009). **Políticas públicas**: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1002/905>. Acesso em: 05/05/2013

GIDDENS, Anthony. **Sociologia** (tradução Sandra Regina Netz). 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos de Pesquisa Social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRACINDO, Regina Vinhaes et. al. **Conselho Escolar e a Educação do Campo**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. 91 p.il.

HISTÓRIA do município de Coxixola. Disponível em: <http://www.mfrural.com.br/cidade/coxixola-pb.aspx>. Acesso em 17/08/2013

IBGE. Cidades. Coxixola – PB, (2010). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=250485> . Acesso em: 16/04/2013

LUCAS, John Randolph. **Democracia e participação**. Brasília: UNB, 1975.

MAZOYER, Marcel, 1933 - **História das agriculturas no mundo**: do neolítico à crise contemporânea. Marcel Mazoyer, Laurence Roudart; [tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira]. – São Paulo: Editora UNESP; Brasília: NEAD, 2010.

MICROCRÉDITO e Desenvolvimento Regional / Fundação Paulo Bonavides. Instituto para o desenvolvimento de estudos econômicos, sociais e políticas públicas. – Fortaleza: Premium, 2011. 283p.

OLIVEIRA, Ana Rita de Sousa. **Contextualizando a merenda escolar e a importância da agricultura familiar no Semiárido paraibano**: Um estudo de caso em Serra Branca – Paraíba. – Sumé: [s.n], 2011.

Perfil do Município de Coxixola – PB / Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013>. Acesso em 10/09/2013.

Projeto de pesquisa: CONSELHO TUTELAR: espaço de participação e local de promoção de direitos? Sheylla de Kássia da Silva Galvão (MIMEO 2011 p. 02)

QUIRINO, C. G. O Estado em Tocqueville. In: WEFFORT. F. C. (org). **Os Clássicos da Política**. 11. - ed.- São Paulo: Ática, 2006 (278 p.).

TRICHES, Rozane Marcia, SCHNEIDER Sérgio. Desestruturar para construir: interfaces para a agricultura familiar acessar o programa de alimentação escolar. **Estudos Sociedade e Agricultura**, vol. 20, nº 1, 2012. P. 66-105, ISSN 1413-0580.